

a
ANPEGE

Associação Nacional
de Pós-Graduação e
Pesquisa em Geografia

SEÇÃO TEMÁTICA

TURISMO, TERRITÓRIO E AUTODETERMINAÇÃO
Estudos Críticos de

REVISTA DA

AN
PE
GEE

ISSN 1679-768X



VOLUME

19

N. 40 (2023)

REVISTA DA ANPEGE | v. 19 n.º 40 (2023) | e-issn: 1679-768x

TURISMO: POSSIBILIDADES E ILUSÕES EM MOÇAMBIQUE

*Tourism: possibilities and
illusions in Mozambique*

*Turismo: possibilidades e
ilusões en Mozambique*



ERNESTO JORGE MACARINGUE

Universidade Eduardo Mondlane, Inhambane, Moçambique

Resumo: Neste texto faz-se o debate de algumas questões que têm a ver com a penetração do *capital internacional* em comunidades rurais moçambicanas. De modo geral, problematiza-se a penetração do capital em Moçambique. Essa inserção capitalista é caracterizada pela ocupação dos ambientes costeiros, das florestas de domínio e uso comunitário, ameaçando as heranças culturais dos povos. Neste texto, o objetivo é dedicado a interpretar o que alguns chamam de “integração” do capital aplicado turístico, no âmbito dos discursos de promoção de crescimento socioeconômico, desenvolvimento sustentável do turismo num país que se diz abundante em recursos naturais. O levantamento das questões apresentadas foi possível através da análise dos discursos acadêmicos, profissionais do turismo, relatórios das instituições públicas, dos relatos de camponeses coletados durante jornadas de trabalho de campo nas regiões turísticas costeiras de Chidenguele e Município de Inhambane.

Palavras-chave: Turismo. Desenvolvimento. Contradições. Território. Moçambique.

Abstract: This text discusses some issues that have to do with the penetration of international capital in rural Mozambican communities. In general, the penetration of capital in Mozambique is problematic. This capitalist insertion is characterized by the occupation of coastal environments, forests of community ownership and use, threatening the cultural heritages of the people. In this text, the objective is dedicated to interpreting what some call “integration” of applied tourism capital, within the scope of discourses promoting socioeconomic growth and sustainable development of tourism in a country that claims to be abundant in natural resources. The survey of the questions presented was possible through the analysis of academic discourses, tourism professionals, reports from public institutions, reports from peasants collected during fieldwork days in the coastal tourist regions of Chidenguele and Municipality of Inhambane.

Keywords: Tourism. Development. Contradictions. Territory. Mozambique.

Resumen: Este texto analiza algunas cuestiones que tienen que ver con la penetración del capital internacional en las comunidades rurales de Mozambique. En general, la penetración del capital en Mozambique es problemática. Esta inserción capitalista se caracteriza por la ocupación de ambientes costeros, bosques de propiedad y uso comunitario, amenazando los patrimonios culturales de los pueblos. En este texto, el objetivo está dedicado a interpretar lo que algunos llaman “integración” del capital turístico aplicado, en el ámbito de los discursos que promueven el crecimiento socioeconómico y el desarrollo sostenible del turismo en un país que dice ser abundante en recursos naturales. El levantamiento de las preguntas presentadas fue posible a través del análisis de discursos académicos, profesionales del turismo, informes de instituciones públicas, informes de campesinos recopilados durante jornadas de trabajo de campo en las regiones turísticas costeras de Chidenguele y Municipio de Inhambane.

Palabras-clave: Turismo. Desarrollo. Contradicciones. Territorio. Mozambique.

INTRODUÇÃO

Camponeses de todo o mundo, uni-vos (Unac, 1987).

Os discursos à volta do *impacto econômico do turismo* proferidos pelos organismos internacionais e nacionais, que têm a missão de promovê-lo, se sustentam, como é óbvio, dos aspetos que consideram positivos, dentre eles a capacidade do setor do turismo de geração de postos de emprego, de arrecadação das receitas, de redução do défice da balança de pagamentos, de geração de fundos para conservação da biodiversidade (OMT, 2015; Moçambique, 2004). No entanto, um estudo conduzido por Frederico (2011) sobre o impacto e sustentabilidade do turismo comunitário, a partir dos projectos implementados por *Tinti Gala e Tsakane Ka Madjadjane Lodges*, em Maputo, apurou um cenário negativo caracterizado por empregos destinados às chefaturas, o que nos induz a dizer que esse tipo de intervenção foi construído para cooptar as lideranças locais.

No que diz respeito às iniciativas de carácter de lazer, a mesma autora, Frederico (2011), observa nos casos em que são organizadas pelo setor privado do turismo, o conjunto de actividades oferecidas aos turistas é muitas vezes convertido em benefícios na comunidade de Gala, e dessa forma considera-se ter havido partilha dos benefícios através da partilha dos rendimentos da atividade turística.

Por outro lado, a avaliação econômica propriamente dita mostrou que no *lodge* de Madjadjane as despesas são maiores que as receitas, o que coloca riscos na sustentabilidade do projeto, enquanto no *lodge* Gala registaram-se receitas que garantem um funcionamento modesto dos serviços. Os projetos turísticos comunitários são constrangidos principalmente pela formação deficiente das comunidades em gestão dos *lodges*.

O governo de Moçambique, no âmbito dos seus esforços de promoção do crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico sustentável, tem elaborado um quadro normativo e diretrizes (políticas, planos estratégicos, de âmbito nacional, provincial, municipal e local, neste caso para áreas de conservação) para viabilização das actividades económicas, em que o turismo, à semelhança da agricultura comercial e da mineração, é um setor prioritário.

A dinâmica do turismo ao ponto de ser um setor econômico, no qual se possa dizer que há uma capacidade de gerar todos os aspetos positivos que têm sido citados, parece-nos não ser um efeito casual, mas do nível de organização e de articulação dos órgãos estatais que compõem a superestrutura. Não constitui dúvida, em nós, que o turismo pode contribuir positivamente na dinamização da economia local, tal como é citado por muitos académicos comprometidos com a remoção das barreiras de desenvolvimento e por entidades internacionais como OMT, SNV, entre outras.

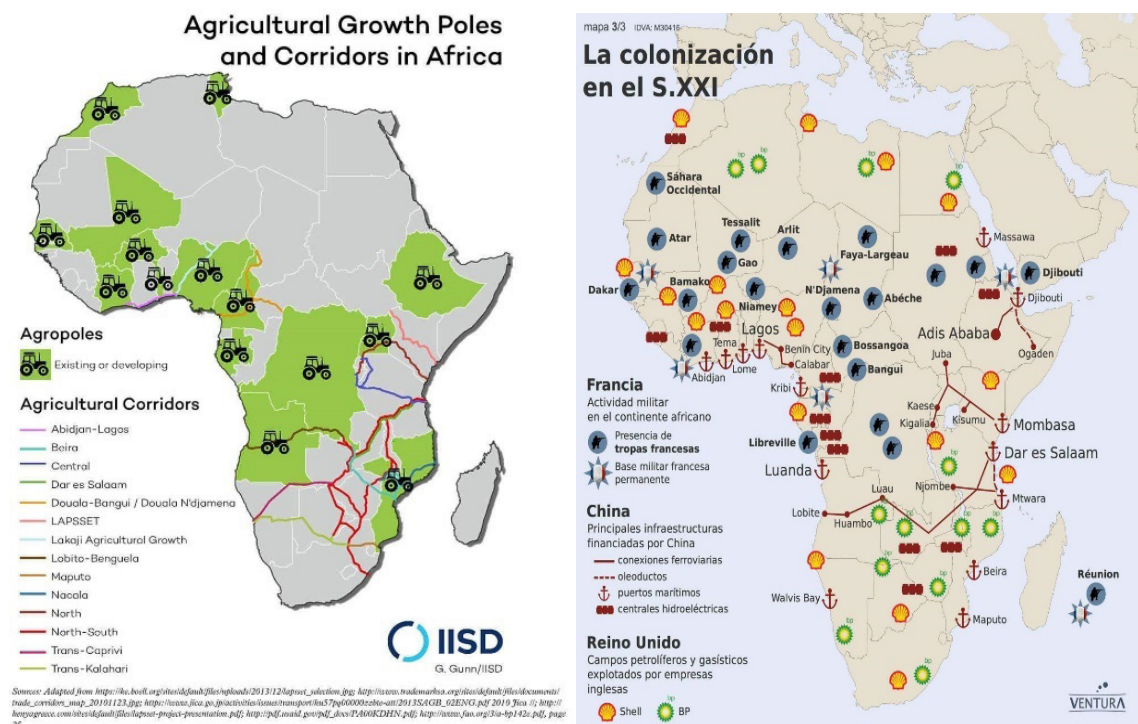
A nossa preocupação reside no fato de que os discursos sobre a promoção do turismo em Moçambique, ao não colocarem devidamente a complexidade de gestão da terra em Moçambique, dos problemas que levam homens e mulheres a continuar com sistemas de uso e aproveitamento dos recursos naturais que os degradam, a falta de planos de desenvolvimento do turismo para responder à pobreza de Moçambique,

acabam sendo iscas usadas para expropriação das terras comunitárias. Essas práticas não ocorrem apenas no campo moçambicano, fazem parte também das novas estratégias de acumulação das terras.

APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO E DA METODOLOGIA

O estudo abarca um pouco do que se verifica em relação às tendências do capital internacional em todo o território da República de Moçambique. Esse trabalho é continuação das nossas pesquisas sobre o processo de modernização em curso no país, que em outra ocasião foi focalizado no programa de ProSAVANA no Corredor de Desenvolvimento da Região Norte (Macaringue, 2018), com base nos Mapas 1 e 2 e na Figura 3, compilados em outros trabalhos da nossa produção e de outros pesquisados, neste caso o IISD e Ventura.

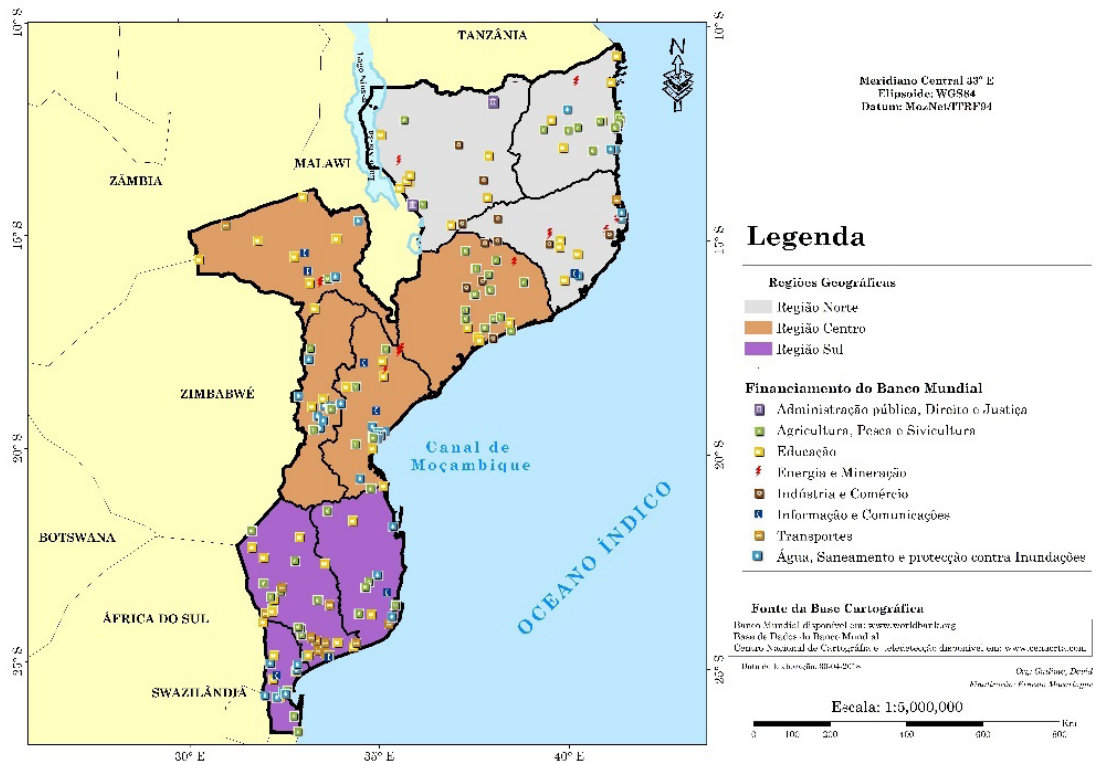
Mapa 1 – Agricultura e nova colonização da África no século XXI



Fonte: Macaringue, 2018.

Pode-se ver nestes três mapas que as grandes corporações que lucram com o negócio de combustíveis tomaram completamente o continente africano e também a forte presença dos militares franceses. O mesmo se diz em relação aos polos e corredores agrícolas. No caso concreto de Moçambique, até aqui organizamos dados de interesses do Banco Mundial, os créditos concedidos ao governo de Moçambique.

Mapa 2 – Empreendimentos financiados pelo Banco Mundial em Moçambique



Fonte: Macaringue, 2018.

Figura 1 – Rede Ferroviária do Norte



Fonte: Macaringue, 2018.

Qual é a relação dessas corporações com o capital aplicado ao turismo? Até aqui não temos a resposta a esta pergunta. Apenas estamos a lançar para o debate, dado que, em Moçambique, o fluxo de turistas internacionais é o mais dominante em relação ao doméstico.

O turismo é um setor econômico ou fenômeno social complexo, tal como Florence Deprest (1997) e Knafou Remy (1999) afirmam quando apontam os aspectos que dificultam separar receitas econômicas provenientes de fluxos de turistas em relação aos consumos da população não classificada como turista, na sua avaliação separando aquilo que não faz parte do turismo; a ideia que é construída à volta dos turistas face aos impactos negativos que surgem nos locais receptores, com o decorrer do tempo. Por outro lado, o que torna complexo esse fenômeno é o fato de que o turista, quando toma a decisão de visitar determinado destino turístico, primeiro reúne uma série de informações que permitem construir imaginários de segurança física, sanitária, alimentar, política e da experiência que irá agregar.

Nos dias que correm, nos fóruns mundiais onde são discutidos os problemas globais da população (insegurança alimentar, direitos humanos, desenvolvimento socioeconômico com relação à capacidade de prestação de serviços básicos e bem-estar social), Moçambique está nas últimas posições nas listas elaboradas pelo Banco Mundial, pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização das Nações Unidas, pelo Fundo Mundial de Alimentação etc. As causas identificadas do insucesso dos vários programas já implementados em Moçambique são: os conflitos armados, os sistemas políticos que são avessos à democracia, intolerância em relação aos aspectos dos direitos humanos, corrupção generalizada etc.

De fato, Moçambique é um país pobre. A pobreza moçambicana pode ser assim descrita: acesso limitado aos cuidados sanitários modernos, ausência de educação de qualidade, de alimentação equilibrada e de infraestruturas capazes de dinamizar a produção e circulação dos bens e serviços. A pobreza de Moçambique, entendida dessa forma, se configura naquilo que os economistas denominam *problemas estruturais da economia*.

Se se prestar atenção nas imagens que são mais difundidas sobre a África pluri-cultural, e em particular sobre Moçambique, chega-se à conclusão de que os povos africanos ou moçambicanos não são devidamente conhecidos pela maioria dos cidadãos dos países com maior protagonismo nos fóruns mundiais, como é o caso dos Estados Unidos da América, do Canadá, da Grã-Bretanha, da Alemanha, da Itália, da China, do Brasil e da Rússia. O desconhecimento das realidades africanas, infelizmente, não incomoda sequer as universidades e a grande mídia internacional. Para se chegar a essa conclusão, bastou uma oportunidade de estudar no Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, no Brasil, onde pude permanecer por um período de quatro anos e um pouco mais, na cidade de Goiânia, localizada no Centro-Oeste.

O que pude colher, durante a minha estadia em Goiânia (GO), sobre a imagem do continente africano que é propalada através diversos campos de conhecimento científico, não apenas estudos de geografia como também de sociologia, antropologia, ciências políticas, incluindo a psicologia. Nesse sentido, esse assunto faz parte das próximas

agendas, dado que, além de ser uma obra que exige um trabalho mais profundo, consideramos que extrapola o campo deste trabalho, pelo que, por hoje, basta sintetizar da seguinte maneira o que puder ouvir, e, claro, com o risco de má interpretação das falas dos brasileiros e das brasileiras:

A imagem que pude captar, com o público que interagi, é de que, nos últimos anos, o senso comum, o negro no Brasil é associado com a migração dos Haitianos. Sobre a África, fiquei com a impressão de que as notícias que circulam no cotidiano dos brasileiros são de que em África há canibalismo, há muita pobreza, ateus, isto é, os povos africanos desconhecem Deus Todo Poderoso, os homens e as mulheres coabitam em harmonia com a vida selvagem, etc. A África é um país, e os lugares desse país mais falados são África do Sul e Egito.

No entanto, vale ressaltar que essa imagem, até certo ponto, está sendo desconstruída, entre outros aspectos, com a presença de estudantes de distintos países africanos através dos programas de bolsas de estudos concedidas pelo governo brasileiro. Isso possibilita intercâmbios culturais, acadêmicos, que o Brasil decidiu abraçar, no âmbito das novas estratégias multilaterais e bilaterais de cooperação com os países subdesenvolvidos.

Neste texto, apresentamos neste texto outros elementos, em traços gerais, que achamos interessantes no tema em análise: a penetração do capital internacional em Moçambique, aplicado ao turismo, a extensão territorial e como as diversas fações dessa extensão territorial são descritas, as suas gentes e tendências demográficas e distribuição espacial, os recursos naturais existentes e o grupo político mais dominante.

Com uma superfície de 799.380 km², Moçambique é divulgado como um *paraíso do Índico*, as suas belas praias, sua riqueza em recursos faunísticos, terra de um grande futebolista mundial, o Eusébio Ferreira, do grande escritor Mia Couto, onde a Frelimo governa desde que se conquistou a independência em 1975.

Sobre a população, o que se divulga são os quantitativos estatísticos do último censo populacional (INE, 2017), que apuraram 26.899.105 habitantes. Não se sabe como é que essa população está distribuída no espaço. Embora se destaque que, dos dados apurados em 2017, cerca de 17.927.317 habitantes correspondem a 66,64% dos moçambicanos que vivem no campo, 14.360.689 possuem idade de 15 anos ou mais. Por sua vez, o *Anuário Estatístico de 2019* refere que em 2019 havia 15799 desempregados. Porém, os dados estaticos do INE não abarcam a todas unidades, como é o caso de Inhamane.

É nessa realidade, bastante reduzida, que é integrado “o setor económico do turismo – conjunto de actividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e actividades de lazer destinadas a turistas” na economia moçambicana. Esse processo se dá na última década da presença colonial portuguesa em Moçambique. Em 1975, diante da turbulência política devido ao projeto político escolhido pela Frelimo, a economia com forte ligação externa de Moçambique, no seu todo, ficou paralisada. Nos finais da década de 1990, como corolário da geopolítica mundial, o Governo de Moçambique abdica do projeto de edificação do socialismo, que foi defendendo até

1990. Com o desmoronamento do projeto socialista, o Ocidente decidiu conceder apoio para reajustamento estrutural, que permitiu o retorno de integração do setor econômico do turismo, em 1995, e que culmina em 2004 com a definição de um quadro legal e de políticas públicas adequadas para o desenvolvimento do turismo em Moçambique (PEDTM) 2004-2013.

O argumento colocado nos discursos oficiais é o seguinte: o turismo está a conquistar o lugar de destaque na luta contra a pobreza, como também na percepção de que o sector tem contribuído na valorização dos recursos naturais e do património histórico-cultural. Nesse sentido, o Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, entre 2003 e 2013, foi buscar o conceito de áreas prioritárias de intervenção e actuação do turismo, criado na Política Nacional de Terra de Moçambique, através da Resolução nº 10/95.

No conjunto das áreas definidas como prioritárias para o turismo, neste estudo prestou-se grande atenção às acções atinentes à concessão da terra para o desenvolvimento socioeconómico e do turismo. A escolha destas áreas baseia-se no facto de que os seus efeitos poderão representar grandes modificações na economia familiar e nas comunidades locais. Por exemplo, o zoneamento da linha costeira como uma das áreas prioritárias para investimentos turísticos tem tido impacto significativo nas comunidades costeiras em todo o país.

Até aqui ainda não foi possível percorrer toda a extensão de 2.700 km da linha da costa de Moçambique, pelo que temos muita limitação para descrever o cenário atual. Existem sítios onde há muita presença de empreendimentos turísticos, pelos quais só tivemos a sorte de passar, e em outros sítios, também que consideramos núcleos turísticos, a nossa passagem permitiu dialogar um pouco mais com as pessoas.

Nominalmente, atravessamos algumas comunidades costeiras dos distritos de Matutuine, Cidade de Maputo, Marracuene, Bilene, Zavala, Inharrime, Massinga, Morrumbene e Mussoril. Os sítios visitados são Limpopo, Cidade de Xai-Xai, Manjacaze, Jangamo, Cidade de Inhambane, Distritos de Inhassoro e Vilanculo.

Os impactos registrados, nas comunidades de Chidenguele, no distrito de Manjacaze, restringem o acesso à terra para vários fins. Este facto está a modificar os modos de vida da população, cuja base de sobrevivência dependia da terra. Determinadas pessoas, efectivamente, foram convertidas em empregados das estâncias turísticas, enquanto outras perderam os seus espaços de produção e de economia doméstica.

A sua topografia, bastante ondulada, aliada à disponibilidade de recursos hídricos (lagos), e o mar são atributos que fazem de Chidenguele um ponto estratégico e atractivo para fins turísticos. Realmente, o que mais atrai os turistas são as paisagens naturais, caracterizadas por dunas parabólicas, lagoas em forma de roseiras e formações vegetais psamófilas que, associadas ao mar, oferecem boas condições para a prática de actividades turísticas.

As características físico-naturais aqui descritas, conjugadas com a facilidade de acesso por via terrestre, bem como as formas de organização espacial da população,

têm sido os catalisadores que convidam os operadores turísticos nacionais e estrangeiros a escalar o local em busca de oportunidades de negócio e terra.

Entretanto, a terra, se por um lado tem estado a atrair agentes econômicos, por outro tem proporcionado bens e serviços que asseguram a sobrevivência da população local. Com efeito, esta assenta a sua vida nas seguintes actividades: (i) pesca no mar e nas lagoas, (ii) produção agrícola, (iii) pastagem e (iv) extracção de produtos florestais (raízes, folhas, flores, cogumelos, mel, frutos, combustível lenhoso e materiais de construção de habitação, entre outros).

De acordo com o Plano Regulador de Chidenguele (PRC) (2003:21), a zona costeira do distrito de Mandlakazi possuía, em 1997, um efectivo de gado bovino estimado em 2020 cabeças, que pastam livremente numa área de 10.890 ha. Além deste recurso, as pescas marinha e lacustre são outras formas de obtenção de bens alimentares. Esta actividade é desenvolvida com o auxílio de meios artesanais, nomeadamente linha e rede de emalhar, que só permitem capturar quantidades de peixes, moluscos e crustáceos para a sua subsistência. O corte de lenha, produção de carvão, a colecção de frutos silvestres e a extracção de *utchema*¹ constituem também alternativas de subsistência para algumas famílias.

Estas actividades, efectivamente, deixam marcas que demonstram um relacionamento bastante íntimo entre a população local e o meio natural. Porém, apesar de algumas práticas representarem risco de sustentabilidade ambiental, Chidenguele tem atraído turistas que, estimulados pela estabilidade política (paz), econômica e social, procuram locais de diversão, repouso e também novas oportunidades de negócios.

As estatísticas nacionais sobre investimento estrangeiro, de modo geral, indicam um aumento do número de cidadãos que procuram espaços, quer para desenvolverem negócios, quer para lazer. Os locais preferidos encontram-se ao longo da zona costeira da região sul, que se estende desde a Ponta de Ouro, na província de Maputo, até Nova Mambone, na província de Inhambane.

É um facto que as comunidades locais fixadas em áreas rurais mantêm sistemas de gestão e controlo da terra primitivos, isto é, baseados em regras costumeiras. E, de acordo com Zamponi (2008:1), citando o Banco Mundial, considera-se cerca de “10% de terra na região da África Subsaariana como sendo possuída a título de propriedade privada”. A restante parte “é, no mais, possuída conforme modalidades definidas como acesso comunitário consuetudinário ou tradicional”.

Refira-se que, nos sistemas consuetudinários, o acesso a recursos como pasto, floresta, água nas comunidades rurais, incluindo as costeiras, é permitido a todos os habitantes, por vezes aos indivíduos que residem fora dessas comunidades. Porém, esta regra de livre acesso para os novos concessionários (agentes econômicos), dado o tipo de infra-estruturas que edificam para levar a cabo as suas actividades, tende a ser limitada, isto é, há cada vez mais um maior controlo privado do que o comunal.

1 Nome em língua local (xit'chopi) de um tipo de bebida feita com base em duas espécies de palmeira, uma arbustiva e outra de caule comprido.

No entanto, o Governo de Moçambique, amparando-se na teoria do turismo *pro-poor*, considera que a integração do turismo é vantajosa, devido às oportunidades que os investimentos turísticos têm proporcionado às populações locais. Obviamente, o PEDTM 2004 – 2013 enumera como uma das mais importantes oportunidades proporcionadas pelo turismo a inserção no mercado turístico por meio de vendas directas dos produtos locais aos turistas e aos operadores turísticos. Além disso, destaca o emprego, as infra-estruturas tais como estradas, fontes de abastecimento de água potável, unidades sanitárias e estabelecimentos de ensino como outros benefícios proporcionados pelo turismo.

O processo está numa fase de implementação das acções prioritárias já estabelecidas, com vista a aproveitar as vantagens existentes no país. Por exemplo, as áreas de conservação em simbiose com o litoral podem estimular o crescimento do turismo no país.

Acredita-se que só com o aproveitamento dessa oportunidade é que haverá resposta positiva em relação ao alcance dos objectivos de criação de emprego, crescimento económico, alívio à pobreza e de melhoria da qualidade de vida dos moçambicanos.

A presente dissertação, intitulada *Turismo, terra e questões do desenvolvimento local*, analisa o contributo decorrente da integração do turismo em três comunidades do Posto Administrativo de Chidenguele na província de Gaza.

Os dados que descrevem o processo de integração do turismo na área de estudo foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas, aplicadas a uma amostra estatisticamente representativa, bem como às não estruturadas dirigidas aos informantes-chaves. As observações directas constituíram outro meio de obtenção de dados de uso e aproveitamento de terra. O processamento estatístico e a sobreposição de dados espaciais constituíram as técnicas que auxiliaram na sua análise.

Em Chidenguele, pela forma como o turismo está a ser desenvolvido, levantam-se problemas de ordem estrutural e conjuntural. Do ponto de vista estrutural, a concessão dos direitos de uso e aproveitamento de terra (Duat) não está a equacionar a capacidade de carga do local. Por outro lado, a infra-estrutura turística edificada não toma em conta a incompatibilidade entre a pastagem e o turismo. No que respeita à situação conjuntural, os investidores turísticos não respeitam os instrumentos que regulam o exercício de actividades económicas, nomeadamente o regulamento da avaliação do impacto ambiental, o regulamento da lei de terra e a prevenção da poluição e a protecção do ambiente marinho e costeiro.

Entretanto, o estudo averiguou que os indivíduos que se propõem a desenvolver actividades turísticas e habitação de veraneio estão a obter os direitos de uso e aproveitamento de terra de forma massiva ao longo das margens da lagoa Nhambavale.

Alguns desses investimentos turísticos estão a gerar postos de trabalho para a população local. Por exemplo, na amostra observada, cerca de 29% dos chefes de agregados familiares estão empregados no sector do turismo. Até então, o acesso aos postos de emprego era determinado em função do género. Os salários auferidos são muito baixos.

Em relação à integração dos pequenos produtores locais no mercado turístico, os dados encontrados revelam fraquezas. As razões para este facto são os baixos níveis

de produção e a fraca qualidade com que se apresentam, principalmente, os produtos agropecuários. Todavia, os bens de artesanato são os únicos que registam maior procura pelos turistas.

Grosso modo, o documento contém cinco títulos. No primeiro se descrevem a motivação e os objectivos que a pesquisa pretende alcançar. Além disso, são apresentados o problema de estudo, as questões essenciais e as respectivas hipóteses.

No segundo título apresentam-se a descrição geral da área de estudo e a metodologia seguida na realização desta pesquisa. No terceiro colocam-se as definições dos conceitos e as abordagens teóricas do turismo no contexto de desenvolvimento. No quarto título faz-se a análise comparativa dos indicadores obtidos e, por último, o quinto título apresenta as conclusões e as recomendações.

NARRATIVAS DO TURISMO

O setor do turismo, de modo geral, antes da pandemia de Covid-19, foi sempre difícil contradizer, afirmando que se constituía em uma verdade incontestável. E é por causa disso que autores críticos como Pearce (2002), Cistac (2007) e Cohen (2004) iniciam os seus textos por reconhecer que os relatórios anuais da Organização Mundial do Turismo (OMT), com base em narrativas de sucesso e dados estatísticos, difundem o setor económico do turismo *como o que mais economicamente cresce no mundo*.

Se, para os pesquisadores, o seu propósito é levantar as questões de desigualdades, degradação ambiental, para a OMT o seu objetivo tudo indica que visa promover a espacialização do turismo em *comunidades rurais*, com carência de serviços básicos, como é característico do cenário do campo em Moçambique.

Efectivamente, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM) descreve a importância do turismo, para Moçambique, nos seguintes termos: “O setor do turismo é um dos poucos que podem contribuir para o crescimento e oferta de emprego à escala necessária para fazer a diferença em Moçambique.”

Um estudo realizado pelo Centro de Treinamento Avançado em Desenvolvimento Rural (SLE), da Alemanha, na província de Inhambane, com o título “Gestão de Zonas Costeiras e Turismo: Contribuições para Redução da Pobreza, Transformação de Conflitos e Protecção de Meio Ambiente em Inhambane/Moçambique”, no primeiro parágrafo de resumo, inicia por observar que,

em muitos dos chamados países em vias de desenvolvimento, o turismo é uma actividade que regista altos índices de crescimento económico. Entretanto, projectos de cooperação para o desenvolvimento têm demonstrado pouco interesse neste setor: os problemas socioeconómicos e ecológicos associados ao turismo no passado parecem ter sido grandes demais. Contudo, uma série de exemplos mostram ultimamente que, sob determinadas condições, o turismo pode impulsionar o desenvolvimento de forma positiva. Sobretudo na área da preservação do meio ambiente e da natureza foram desenvolvidos projectos sob diversos “rótulos” (ecoturismo, turismo sustentável etc.), em que se

conseguiu com sucesso uma simbiose entre utilização sustentável de recursos e desenvolvimento turístico. Devido aos poucos recursos públicos, parece ser o turismo, em alguns contextos locais, até mesmo a única forma de se executar uma gestão eficaz de recursos (como, por exemplo, o financiamento da administração de áreas de preservação ambiental) (Fiege, 2002).

As leituras acima compiladas constituem o imaginário que transmite caminhos de sucesso, nas abordagens das estratégias de desenvolvimento, e estimulam as forças de promoção do turismo em Moçambique.

Já que a palavra *turismo* oferece diversas possibilidades de leitura, tal como demonstra Brandão (2021), naquilo que defende na definição desse conceito,

o turismo é, antes de tudo, uma prática espacial, uma vez que o seu fazer é causa, mediação e produto da organização e produção do espaço. Contudo, é fundamental reconhecer, também, o caráter multifacetado que a sua realização enseja. Assim, neste escrito, o turismo será denominado como “prática” sempre que for mencionado como uma ação realizada por turistas ou a partir das implicações espaciais que o envolvem; como “atividade”, quando fizer referência ao segmento da economia que é; ou “setor”, sempre que fizer menção às formas de solidariedade organizacional que os seus agentes hegemônicos compartilham (Brandão, 2021).

Com este exemplo, há que questionar o alcance do conceito de turismo na economia familiar dos moçambicanos, e por essa via fazer-se aproximação dos sujeitos que têm tirado proveito do turismo, que se sustenta dos bens naturais e culturais; por exemplo, no caso específico dos camponeses, as paisagens são atrativos meios para a sua sobrevivência.

Com as palavras iniciais, o nosso esforço é situar o leitor nas nossas reflexões em torno de um tema tão complexo, *desenvolvimento do turismo com finalidades ambiciosas do ponto de vista econômico, social e ambiental, tal como tem sido defendido pelos seus promotores*, a OMT e os governos, para os chamados países em vias de desenvolvimento – os países classificados como pobres –, cujos setores econômicos são estruturados para responder às necessidades externas.

Assim, o nosso propósito no debate de integração do turismo na economia nacional é contribuir na perspectiva crítica, na análise das narrativas que ressaltam as possibilidades do turismo, sem no entanto examinar as suas condicionantes. Como se pode captar divisas em um país que passa dificuldades na fiscalização do seu domínio territorial? De que forma as comunidades locais podem ter benefícios no turismo, num contexto em que, entre os operadores do turismo e as comunidades, existe uma fronteira que os separa?

A integração e ou a penetração do turismo se apoia nas narrativas que destacam os seus benefícios no plano econômico. Argumenta-se que o turismo praticado em Moçambique, e em particular ao longo das comunidades costeiras, desde Ponto d’Ouro, no distrito de Matutuine, Macaneta, no distrito de Marracuene, Bilene, em Gaza, Chidenguele, no distrito de Manjacaze, Závora, no distrito de Inharrime, Guinjata, no distrito de Jangamo, Praia da Rocha, de Tofo e da Barra, no Município de Inhambane, Pomene, em Massinga, Vilanculos, Inhassoro etc., faz parte das novas estratégias do

projeto colonial e do imperialismo, que se intensificou a partir da década de 1990 com o programa de reajustamento estrutural.

Em Moçambique, a matéria-prima do turismo é constituída pelos bens naturais, a cultura dos povos (expressões artísticas, cânticos, danças, comidas típicas dos povos africanos, as técnicas com as quais os povos desenvolvem as suas actividades cotidianas), as edificações histórico-culturais, que retratam os desenhos urbanos e as relações sociais da Idade de Ferro, da Idade Média, das lutas pela autodeterminação dos povos africanos, locais onde eram transacionados os escravos, os intercâmbios comerciais entre os árabes e os africanos.

A partir do debate sobre os seus impactos bipolarizados, promove-se a sua internacionalização no âmbito das abordagens de desenvolvimento local. Assim, até que ponto pode-se dizer que o turismo é instrumento de dominação e de desterritorialização dos camponeses em Moçambique? Os capitalistas num contexto de crises cíclicas recorrem ao turismo para recriação de novas formas de dominação.

Desde o fim da guerra de desestabilização², que foi imposta ao governo de Moçambique, entre 1976 e 1992, os relatórios do governo assinalam que a economia de Moçambique tem vindo a registar progressos assinaláveis (indicadores macroeconómicos). Outros, no entanto, apontam que os referidos avanços são suportados por donativos externos (Mosca, 2017). Por outro lado, há os que destacam as reformas políticas e económicas que têm o apoio financeiro dos organismos internacionais – Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (Hanlon, 1997). Realmente, entre 1990 e 2004, a Constituição da República foi alterada duas vezes, para permitir maior participação no espaço político, como também para assegurar a liberalização do mercado. Dessa forma, o país abriu as suas portas para o capitalismo.

Pode-se dizer que foi dentro desse contexto que se deram os primeiros passos estruturais para a viabilização do desenvolvimento do turismo, no âmbito do debate de valorização económica do património existente no país, tanto o natural como o histórico-cultural. Desde 1995, quando foi publicada a política do turismo, pode-se dizer que a faixa costeira, em particular as paisagens de dunas que cobrem mais de 2/3 dos 2.700 km em todo o país, passou a ter espaços privilegiados para interesses turísticos.

Sobre esse quadro de transformações políticas, Hanlon (1997) descreve o cenário nos seguintes termos:

Numa só geração os Moçambicanos passaram por uma série de mudanças rápidas e traumáticas: da opressão do colonialismo à euforia da independência, de uma guerra que matou um milhão de pessoas a eleições que prometeram a paz e prosperidade.

2 Não existe consenso sobre as motivações de guerra que eclodiu em Moçambique um após a proclamação da independência em 1975. Tendo em conta o contexto político em que se vivia em nível mundial, em 1975, caracterizado pela Guerra Fria, os cenários políticos na África Austral, parece que o principal motivo foi de bloquear ou desqualificar todo o esforço de edificar as políticas marxistas-leninistas em Moçambique – o que efectivamente aconteceu. Para mais detalhes, cf. HANLON, Joseph. *Paz sem benefício*: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique. Coleção Nosso Chão n.º 10, Maputo, 1997

E, simultaneamente, dum capitalismo primitivo de cantineiro ao Marxismo, para voltar de novo ao capitalismo primitivo (Hanlon, 1997).

No domínio económico, o que interessa destacar são as reformas do quadro legal de terra, sem se abandonar o princípio de que a terra é propriedade do Estado. As reformas fiscais, da política cambial e financeira, de liberdade de expressão, tiveram efeito nas actividades económicas de um modo geral.

PRESSUPOSTOS DO GOVERNO

Tendo em conta os argumentos apresentados no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (2004), pode-se dizer que os pressupostos do governo de Moçambique em relação ao turismo são:

Como sector económico, o turismo é um dos poucos que podem contribuir para o crescimento e oferta de emprego à escala necessária para fazer a diferença em Moçambique. O turismo é um sector de trabalho intensivo e abrangente em termos de habilidades e níveis de formação. Está ligado a uma diversidade de sectores económicos, como transporte, agricultura, alimentação e bebidas, serviços financeiros, construção e artesanato. Em muitos países da África Austral, o turismo provou ser um sector económico de grande importância e na África Subsaariana foi responsável por 7,5% do emprego total em 2001 (WTTC).

Contudo, reconhece-se que como sector económico que é, o turismo provoca na sociedade impactos que podem ser tanto positivos como negativos, conforme resumidos no quadro abaixo (Quadro 1). Os inúmeros impactos positivos que a indústria provoca na sociedade podem ser maximizados e os negativos minimizados ou mesmo suprimidos se houver uma visão e uma implementação estratégica a isso conducentes.

Quadro 1 – Impactos associados ao turismo como um sector económico

A este sector económico estão associados vários benefícios directos:

Rendimento – O acto de satisfazer um turista implica a compra de uma variedade de serviços e de bens que podem ocorrer em diferentes momentos e locais, facto que resulta numa série de rendimentos significativos para a economia.

Emprego – O turismo é um sector de trabalho intensivo que integra todos os graus de habilidade, do mais complexo ao mais simples, envolvendo todas as camadas sociais. Dada a sua característica transversal, estimula o mercado de emprego nos outros sectores da economia.

Conservação – Quando gerido de forma adequada, o turismo fortalece a viabilidade económica das áreas protegidas e reduz a pressão sobre o ambiente.

Investimento – A intensidade do capital no sector cria várias oportunidades de investimento para os sectores público e privado.

Infraestruturas – O potencial e a dinâmica do crescimento do sector do turismo aliados aos benefícios económicos associados dita a necessidade de criar e investir em infraestruturas.

Prestígio – O prestígio internacional e, finalmente, a conquista de um lugar na “lista” dos destinos preferidos têm implicações comerciais e económicas positivas.

Criação de pequenos negócios – O turismo está directa e indirectamente ligado a uma diversidade de sectores da economia e, por isso, cria oportunidades para pequenos negócios.

Contudo, o desenvolvimento do turismo pode também provocar impactos negativos;

Impactos sociais – Mudanças no estilo de vida resultantes da migração pelo trabalho, de mudanças na cultura, do aumento da taxa de criminalidade e até da prostituição etc.

Impactos ambientais – Tanto o desenvolvimento irresponsável de um projecto como uma avalanche de turistas num ambiente sensível e frágil podem destruir o equilíbrio da natureza.

Fugas – Ocorrência do fluxo de dinheiro para o exterior resultantes das necessidades de importação de bens e serviços, promoção internacional e publicidade, comissões de venda às agências estrangeiras, salários do pessoal estrangeiro e repatriamento de lucros representam perdas nas contribuições para a economia.

Dependência excessiva – O turismo é volátil e responde rapidamente a influências negativas como distúrbios políticos, ataques terroristas, desastres naturais etc.

“My life has changed tremendously. (...) I am no longer the young girl that had no ambition when she finished school; I am now a grown lady aiming towards success in tourism, all thanks to everyone who played a role in my transformation. It has also affected my family and my community in a very productive way as now I can tend to the needs of my family, and I am also like an ambassador for my community” (Memory Ganuses, Assistant Manager at Grootberg Lodge, Namibi)³

Seguindo o sucesso de “Histórias de Turismo – Como o turismo enriqueceu minha vida”, a primeira parte do Turismo da OMT série de histórias, a OMT lançou o segundo volume, “Histórias de Turismo – Minha História, Minha Comunidade, Meu Futuro”, por ocasião da 21ª Assembleia Geral da OMT em Medellín, Colômbia.

Criada pela OMT, esta iniciativa convida os leitores a vislumbrar o lado humano do turismo pelos olhos de campeões do turismo, compartilhando suas histórias pessoais. Narrando suas experiências com suas próprias palavras, esses indivíduos contam uma história maior – a do puro impacto do turismo na construção de comunidades e empoderamento de vidas.

Na segunda edição da série, 28 pessoas trabalhando no turismo ao redor do mundo dão uma visão mais profunda de suas vidas, contando como o turismo moldou o futuro de seus comunidades. Cada história mostra como o trabalho de uma pessoa foi capaz de inspirar empoderamento, desbloquear criativamente cadeias de valor da comunidade e revitalizar a história e as tradições do passado para estabelecer as bases para o futuro.

Realizada a cada dois anos, a Assembleia Geral da OMT é a principal reunião estatutária da OMT, e o mais importante encontro internacional de altos funcionários do turismo e representantes de alto nível do setor privado. A Assembleia é assistida por delegações que representam membros plenos e associados da OMT, membros afiliados e representantes de outras organizações internacionais.

De modo geral, os líderes mundiais afirmam que o turismo possui capacidades de promover o desenvolvimento inclusivo e transformação social, tal como foi o principal foco da 21ª Sessão da Assembleia Geral da OMT em Medellín, Colômbia. Os 900 delegados de 120 países, incluindo mais de 70 Ministros e Secretários de Estado, participaram do

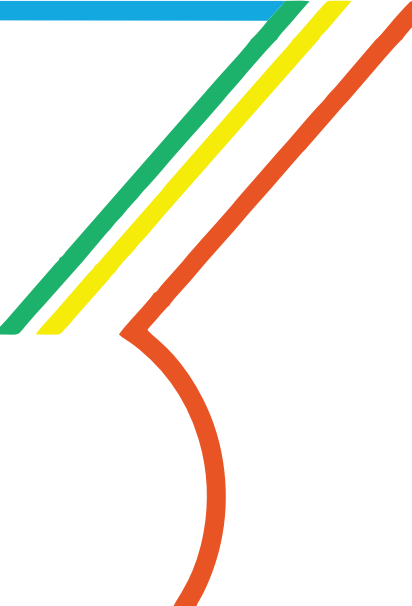
3 “Minha vida mudou muito. (...) Já não sou mais a jovem que não tinha ambição quando terminou a escola; agora sou uma senhora crescida visando o sucesso no turismo, tudo graças a todos que desempenharam um papel na minha transformação. Também afetou minha família e minha comunidade de uma forma muito produtiva, pois agora posso cuidar as necessidades da minha família, e também sou como um embaixador para minha comunidade” (OMT, 2019).

evento bienal. Estrategicamente, o encontro foi realizado na Colômbia, e nesse evento os destaques foram:

- Barbados e Samoa foram recebidos como novos membros efetivos da Organização.
- Fórum Conjunto de Alto Nível OMT/ICAO sobre Turismo e Transporte Aéreo para o Desenvolvimento, realizado à margem da Assembleia Geral, focado em reforçar a cooperação mais estreita entre a aviação e o turismo, com o objetivo de maximizar o impacto de ambos os setores sobre o emprego, o crescimento inclusivo e a sustentabilidade e desenvolvimento, no contexto do pós-2015 agenda de desenvolvimento e o Clima de Paris 2015 Conferência.
- Especial Financiamento do Turismo para o Desenvolvimento: o evento destacou a necessidade de a comunidade desenvolver uma abordagem holística para o financiamento do turismo para promoção da cooperação inter-setorial.
- Fórum da OMT sobre Desenvolvimento de Talentos em Turismo focado na educação de jovens para melhorar a capacidade do setor do turismo de nutrir jovens talentos.
- Os Ministros e Chefes de Delegação compartilharam suas experiência em aproveitar o poder do turismo para diminuir o preconceito e construir uma vida mais pacífica e sociedades prósperas durante o evento especial “Turismo: uma ferramenta para a paz e a inclusão social”.
- O Dia Mundial do Turismo (DMT) 2015 foi comemorado em torno do tema “Um bilhão de turistas, um bilhão de oportunidades”, destacando o potencial transformador de um bilhão de turistas.
- Como um setor por trás de até um em cada onze empregos em todo o mundo, o turismo é uma valiosa fonte de subsistência para milhões de pessoas. Construído em torno dos milhões de encontros interculturais acontecendo todos os dias em diferentes cantos do mundo, o turismo é também uma porta de entrada para uma maior compreensão do mundo além das nossas fronteiras, o primeiro passo para construir a paz dentro e entre comunidades e nações.
- O WTD 2015 destacou que todo turista faz parte de um movimento com o poder de impulsionar mudanças positivas para o planeta e a todas as pessoas.
- A UNWTO Elibrary é a maior coleção *online* de publicações e estatísticas do campo do turismo internacional. Inclui mais de 1.300 publicações da OMT e 900 regularmente estatísticas atualizadas do turismo.

Sobre esse fato, resgatamos aquilo que Karl Marx e Frederich Engels, em sua longa descrição do capitalismo, disseram:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte.



Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para o desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional. As velhas indústrias nacionais foram destruídas e continuam a ser destruídas diariamente. São suplantadas por novas indústrias, cuja introdução se torna uma questão vital para todas as nações civilizadas – indústrias que já não empregam matérias-primas nacionais, mas sim matérias-primas vindas de regiões mais distantes, e cujos produtos se consomem não somente no próprio país mas em todas as partes do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolve-se um intercâmbio.

Nesse contexto, toda a engenharia de espacialização está inserida nas descrições de Karl Marx e Frederich Engels.

Ilusões sobre o turismo em países subdesenvolvidos

O turismo como um setor econômico é recente. Desde meados do século XX, que coincide com o fim da II Guerra Mundial, a economia mundial, graças aos progressos tecnológicos, registou crescimentos assinaláveis, que até conduziram alguns pesquisadores sociais a aventar a hipótese de que os prognósticos de Karl Marx, o capitalismo, tinha-os enterrado. Um dos ganhos mais citados nesta fase é certamente a luta travada pelos trabalhos, que culminou com a melhoria dos salários, redução das jornadas de trabalho e mais tempo para férias etc. Esse efeito permitiu que as necessidades, que até então eram apenas privilégio para os proprietários dos meios de trabalho e seus colaboradores diretos, estivessem ao alcance da maioria dos trabalhadores. Dentre os privilégios, destaca-se o direito de lazer. Com o direito de lazer e com disponibilidade de transporte, a economia teve a necessidade de se adaptar para atender as pessoas que viajam com interesses de lazer.

Os atores de desenvolvimento rural, regra geral, as agências de desenvolvimento, as organizações não governamentais e as entidades do Estado, no âmbito das suas estratégias de articulação, propagam oportunidades econômicas (emprego) para as comunidades locais como resultado de entrada de investimentos turísticos. Porém, nos locais onde a penetração do capital está numa fase avançada, não há sinais efetivos de promoção de desenvolvimento socioeconômico, desenhados para valorização dos saberes locais, respeito pelas manifestações culturais e dignidade humana. Ao invés disso, há relatos de apropriação, por parte das empresas, de terras comunitárias, reduzindo o acesso das famílias camponesas a essas terras. O turismo configurado dessa forma estará sempre à margem de proporcionar benefícios às populações locais para propiciar, isto sim, um setor de colonização e constituição de impérios. Nesse sentido, procura-se responder à seguinte pergunta: até que ponto se pode dizer que a narrativa de diversificação das fontes de renda é apenas uma estratégia das forças dominantes, no âmbito da construção dos seus impérios? Defende-se neste texto que o turismo em Moçambique, e em particular nas comunidades rurais, seja introduzido no contexto das novas estratégias

de *colonização* e do *imperialismo*, que se intensificaram no país na década de 1990, quando o governo moçambicano cedeu à pressão do capitalismo internacional.

Que desenvolvimento sustentável do turismo nas comunidades camponesas?

De acordo com dados estatísticos do Instituto Nacional de Estatística (INE) de 2019, em Moçambique, e particularmente na região turística de Inhambane, é cada vez mais notório o aumento de empreendimentos econômicos, que procuram tirar proveito das potencialidades naturais costeiras e em áreas declaradas como protegidas. Entre 2012 e 2017 na província de Inhambane houve um registo de aumento de quartos, 3.211 para 5.433. O turismo se destaca como um novo fenômeno social e configura estilos de vida contemporâneos, que marcam a fase atual que atravessamos.

Com base na sugestão de Fennell (2002), que define o turismo como o sistema inter-relacionado que inclui os turistas e os serviços associados (facilidades, atrações, transporte e hospedagem) fornecidos e utilizados para auxiliar a movimentação do turista, pode-se dizer que o turismo é um novo estilo de vida, que resulta de progressos nos domínios de educação e avanços tecnológicos, que se manifestam nas viagens programadas em busca de espaços de lazer, para o contacto com os elementos da natureza, das manifestações culturais e muito mais.

Uma das características do turismo é o fato de que a sua realização ocorre unicamente por meio de um movimento de procura e oferta de serviços e bens. Esse fato coloca o turismo no estatuto de um fenômeno de prestação de serviços em toda a plenitude do espaço onde ocorre, que inclui lugar de partida, trajeto e ponto de chegada.

Nos últimos anos, observa-se em Moçambique um contínuo aumento de empreendimentos turísticos que procuram explorar as paisagens naturais costeiras e do interior. A palavra *paisagem* neste trabalho tem o significado de *herança* (Ab´Sáber, 2003), pelo que, na essência, os tais empreendimentos estão sendo edificados em comunidades locais, onde predominam sistemas de uso e gestão dos bens naturais consuetudinários. Sabe-se que, de modo geral, as comunidades camponesas, quando observadas a partir dos parâmetros de indicadores de desenvolvimento da ONU, em virtude de circunstâncias estruturantes não dispõem de condições para aproveitar as oportunidades que despontaram para prestação de serviços requeridos pelo turismo. Há escassez de mão de obra requerida pelas empresas turísticas, e não há capacidade para estabelecer vínculos de parcerias na cadeia de valor do turismo.

Tendo em conta essa realidade, neste estudo questiona-se o alcance das propagandas de histórias de sucessos, nos domínios econômicos e ambiental, que se verificam em outros contextos sociais, como se essas histórias pudessem ser transferidas para as sociedades camponesas em Moçambique. Dito de outra forma, o texto faz uma reflexão do processo de penetração do capital internacional, através do turismo em comunidades locais (rurais) moçambicanas.

O objetivo pretendido é contribuir no debate de *desenvolvimento do turismo* em territórios dos camponeses, a partir da leitura dos fatos observados na região turística de Inhambane. Os discursos de desenvolvimento do turismo em Moçambique⁴ se sustentam nas abordagens de *gestão sustentável das áreas dos bens naturais, do património cultural, de combate à pobreza* (Moçambique, 2004), e são promovidos pelos organismos internacionais e pelas agências internacionais de desenvolvimento.

As formas do turismo que surgiram nos finais do século XX, por exemplo o *turismo comunitário, o ecoturismo, o agroturismo*, em países mais desenvolvidos descritos como centros de fluxos do turismo, como resultado das crises do modelo económico neoliberal, são transportadas para comunidades camponesas moçambicanas, com o argumento de que o turismo é o sector económico que oferece oportunidades para geração de empregos, captação de divisas, para criação de ligações com outros sectores económicos e gestão sustentável dos bens naturais.

O nosso pressuposto é de que o turismo é um sector económico elitista. E para entender esse elitismo propõe-se que se responda a estas duas perguntas: 1) Quem produz os serviços turísticos? 2) Quem pratica o turismo? Através de dados estatísticos de diferentes fontes e depoimentos dos membros das comunidades rurais, relatos de estudos de caso, tentamos revelar outras faces que devem ser consideradas, quando se promovem as possibilidades de que o turismo dispõe.

O problema de integração do turismo na República de Moçambique

Há um esforço enorme, a avaliar pelos instrumentos tornados públicos para viabilização de actividades económicas, incluindo o turismo, desde que se celebrou o Acordo Geral de Paz (AGP), em 1992, para o país ser fonte de reprodução do capital internacional. O vasto património, constituído por bens naturais e culturais (bens materiais e imateriais) está nos olhos dos capitalistas que necessitam de espaços para reprodução do seu capital.

Observando os lugares ocupados por empreendimentos turísticos, algo chama atenção: o facto de não se respeitar a legislação que regula o meio ambiente. Até que ponto pode-se dizer que o turismo é um fenómeno social que está sendo usado para reprodução do capital internacional, nas cidades e no campo?

A República de Moçambique conquistou a sua independência em 1975, e desde então o seu povo vem enfrentando a luta pela sua soberania e desenvolvimento. No entanto,

4 O Ex-Ministro do Turismo Fernando Sumbana Júnior disse no prefácio do Plano Estratégico para Desenvolvimento do Turismo em Moçambique, 2004 – 2013, que a indústria turística e de viagens constitui neste período de arranque do século 21 o sector líder da economia mundial, com níveis de crescimento anual bastante significativos. Nos países em vias de desenvolvimento, o turismo tem dado um grande contributo na luta contra a pobreza através da valorização dos recursos naturais e do património histórico e cultural que propicia a promoção de investimento e do emprego assim como a geração de receitas em moeda externa.

quando tudo indicava que, com a assinatura do AGP, a fórmula da paz tinha sido encontrada, as tensões políticas que sucedem logo depois da divulgação dos resultados eleitorais são um sinal inequívoco de que as divergências políticas entre os moçambicanos continuam vivas, e em alguns anos culminaram com assassinatos às pessoas filiadas aos partidos políticos mais fortes, sabotagem às infraestruturas públicas, aos bens privados, com maior incidência nas regiões Centro e Norte do país, ondas de contestações populares na cidade de Maputo, ataques a populações indefesas, em Cabo Delgado, Nampula e Niassa, sem, no entanto, se conhecer as suas motivações e os seus mandantes.

Os acontecimentos que têm atravessado o percurso dos 48 anos de luta contra o subdesenvolvimento pela edificação de instituições fortes, assentes em princípios democráticos, foram bem resumidos por Joseph Hanlon, nos seguintes termos:

Nos 33 anos desde a independência, Moçambique tem passado por uma série de imprevisíveis e rápidas mudanças, reflectindo não só acontecimentos locais mas também os que se passam na África Austral e no mundo em geral. Moçambique tem vivido grandes esperanças e imenso sofrimento. Demasiadas vezes o seu destino tem-lhe escapado das mãos. E gente de fora ainda tem uma influência sufocante e arrogante como este livro vai evidenciar. Mas os moçambicanos já provaram ser um povo extraordinário, adaptando-se a mudanças rápidas e edificando uma nação contra temíveis probabilidades (Hanlon, 1997, p.10).

Uma pergunta que não é respondida neste texto: Será que a crise política moçambicana, que torna o país um palco instável, económica e socialmente, está relacionada com o modelo de governança adotado pelo Partido no Poder – Frelimo?

A instabilidade política tem consequências terríveis para Moçambique. É interpretada neste texto como consequência da falta de legitimidade das instituições do Estado, que administram a justiça, a educação, as actividades económicas. Sem legitimidade das instituições, as decisões tomadas não são respeitadas pelos cidadãos, o que gera tensões. A legitimidade das instituições é condição sem a qual não se pode augurar nenhum esquema possível, para o combate contra o analfabetismo, a miséria, a fome, a insegurança alimentar, as precárias condições de saúde, de trabalho, de justiça social etc.

O governo de Moçambique está a implementar reformas no quadro legal de terras, nas políticas de investimento, para criar outras dinâmicas no setor de agricultura, e para explorar as oportunidades do turismo internacional e dos recursos estratégicos no mercado dos minérios e combustíveis. O turismo é visto quando comparado aos outros setores, como o que oferece melhores vantagens económicas e ambientais.

Com uma gama de bens naturais e culturais, Moçambique possui condições para ser um destino turístico internacional. O ambiente costeiro de Moçambique, desde Ponta de Ouro, na fronteira com a República da África do Sul até o Rio Save na Província de Inhambane, é ocupado por habitantes do país. A população dessas regiões vive com base em agricultura familiar, pesca, caça, pecuária, uso dos recursos florestais e comércio de bens produzidos localmente e importados em bancas implantadas nas residências e nos mercados populares.

Para compreender o desempenho do turismo no acesso ao emprego e ao mercado de comercialização de bens, como também na insegurança do direito de uso de terra (Duat), optou-se por seguir o método dialético, a abordagem metodológica que consubstanciou a análise de dados qualitativos e quantitativos. Os aspectos observados foram designadamente os factores sociodemográficos, como determinantes do emprego, a estrutura de produção familiar, que permite o acesso ao mercado, e a governança da terra, para avaliar as relações de poder entre os órgãos de administração com os camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos 50 anos houve avanços e recuos nos domínios políticos e económicos, em Moçambique, que merecem avaliar e sistematizar os ganhos e as perdas. Na economia, o programa de reajustamento estrutural veio colocar o país em situação de dependência externa.

O setor económico do turismo está fora do controle do Governo e dos moçambicanos e das moçambicanas.

Todo o potencial económico existente no país está a ser aproveitado pelos estrangeiros, uns que conheceram Moçambique, no âmbito dos programas de cooperação, e depois decidiram retornar para investir, mas nunca se dissociaram das suas origens.

Enquanto o setor económico do turismo depender dos fluxos turísticos internacionais, já que no nível nacional, os rendimentos familiares não permitem a existência de uma proporção de turistas. Tudo o se falará do turismo serão desemprego e ilusões.

REFERÊNCIAS

- AB'SÂBER, A. N. *Domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ARQUIVO. *Boletim Semestral do Arquivo histórico de Moçambique*. Universidade Eduardo Mondlane. n. 15, Maputo, 1994.
- BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO. Banco Mundial/ World Bank Group. *Gestão Integrada de paisagens e florestas em Moçambique*. Washington, DC, USA. 2017.
- BRANDÃO, Paulo R. B. *Quê turismo, para qual turista? Reflexões sobre um porvir para a prática turística no pós-pandemia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.
- CISTAC Gilles; CHIZIANE, Eduardo (coord.). *Turismo e desenvolvimento local*. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Direito. Kapicua, Livros e Miltimédia, Lda. Maputo, 2007.
- DEPREST, Florence. *Inquerito Inquérito sobre o turismo de massa: a ecologia face ao território*. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Instituto Piaget, Stória Editores, Lda. Lisboa, 2004.
- DEPREST, F. *Enquête sur le tourisme de masse. L'écologie face au territoire*. BELIN, coll. Mappemonde, 1997.
- DIAS, Reinaldo. *Introdução ao turismo*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- FABRINI, João Edmilson. *Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário*. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

SOBRE O AUTOR

ERNESTO JORGE MACARINGUE – Doutor em Geografia pelo Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Título da tese: Modernização da agricultura no distrito de monapo em Moçambique: redefinição da geopolítica da fronteira agrícola mundial entre 2004 a 2015 Mestre em Desenvolvimento Agrário pela Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade Agronomia e Engenharia Florestal (2009). Tem experiência em docência no ensino superior, em pesquisa das relações em espaços agrários. Atua como ativista comunitário nas áreas de ensino básico, em projetos de desenvolvimento rural. Docente na Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane, da Universidade Eduardo Mondlane, nas disciplinas de Planejamento Turístico, Geografia de Moçambique, Metodologia de Investigação Científica. Atua ainda como consultor ambiental e social. Temas de interesse: Agronegócio e transformações espaciais em Moçambique; Os megaprojetos em comunidades rurais moçambicanas. O Poder Estatal e as minorias em Moçambique.

E-mail: jorgitomapilele@gmail.com